

Sábado, 24 de Maio de 2025

Deputados estaduais cobram da empresa Rumo que mantenha o traçado original da ferrovia entre Rondonópolis a Cuiabá

Ferrovia Estadual

Redação

Os deputados estaduais Thiago Silva, Eduardo Botelho, Nininho e Claudio estiveram, nesta segunda-feira (26), em reunião com o Diretor da Rumo Guilherme Penin, Presidente da Câmara de Rondonópolis Jr. Mendonça, Procurador do Município de Rondonópolis Rafael Santos e Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Cesar Miranda, para tratarem sobre o traçado da ferrovia que interligará Rondonópolis, Cuiabá e a região do médio-norte do Estado.

Leia também - Mato-grossense é condenada no STF a 13 anos de prisão por tentativa de golpe

O objetivo da agenda, proposta pela AL, foi que a empresa Rumo realizasse uma explanação das obras que estão sendo realizadas no município de Rondonópolis, principalmente no que tange a alteração do traçado original da ferrovia, que não é o desejo da população e dos parlamentares da região. O deputado Thiago cobrou na reunião mais diálogo e transparência por parte da empresa que precisa ouvir os anseios da comunidade, em primeiro lugar, e apresentar um novo estudo de impacto de vizinhança e ambiental.

"Acredito que faltou diálogo e transparência por parte da Rumo e da Sema, pois a comunidade não foi ouvida e não foi apresentado um novo estudo de impacto de vizinhança referente a mudança do traçado. Somos a favor do desenvolvimento sim, porém mudar o traçado dos trilhos sem levar em conta os impactos sociais e sem o consentimento do município e da AL-MT é inadmissível", alertou o parlamentar.

Segundo o parlamentar, investimentos de empresários da área da habitação estavam previstos para serem realizados no bairro, porém, a insegurança e falta de informações por parte da Rumo estão afugentando futuros empreendimentos no Maria Amélia.

"Como a Secretária Mauren havia acordado no final de 2023, precisamos de um estudo de impacto social e ambiental detalhado com as informações da alteração, bem como uma reunião técnica junto de representantes da comunidade, da empresa e do poder público, com o intuito de se chegar em um consenso, e que não interfira na vida de 800 famílias que residem no Maria Amélia. A nossa preocupação é analisar os impactos sociais e queremos que a Rumo apresente uma solução e uma nova alternativa. Os interesses econômicos não podem e não devem se sobressair aos interesses coletivos, e vamos buscar uma solução que contemple os

anseios dos moradores", afirmou o deputado Thiago.

A diretoria da Rumo informou que a mudança do traçado irá reduzir em 24% o desmatamento e 50% a movimentação de terra, garantindo uma obra mais eficiente e sustentável. "A expansão dos trilhos irá gerar mais competitividade a Mato Grosso no cenário nacional e internacional. Estamos buscando alterar o traçado pensando em minimizar o impacto ambiental, pois anteriormente seria construída uma ponte de 2200 metros no Rio Vermelho, e agora a nossa pretensão é construir uma ponte de 480 metros, diminuindo assim também o tempo de obra", disse o Diretor Guilherme.

De acordo com o presidente da AL-MT, Botelho, e com a anuência dos deputados, o parlamento estadual se manterá irredutível e continuará trabalhando para que o traçado da ferrovia não passe próximo ao bairro Maria Amélia. A Procuradoria da Assembleia ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal apontando argumentos técnicos para anular a liminar da Justiça que garante a execução do novo traçado proposto pela Rumo.

Ao final da reunião, ficou alinhado que as equipes da Rumo, AL-MT, Prefeitura, Câmara e SEMA farão uma reunião técnica em Rondonópolis com o intuito de debater a possibilidade de conciliação e a execução de um novo traçado que deverá passar distante do bairro Maria Amélia e do perímetro urbano da cidade.